

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

RESOLUÇÃO Nº 09/2023

SESSÃO DE JULGAMENTO REALIZADA EM: 26/09/2023.

PROCESSOS: 005113/2023 (Auditoria e Fiscalização), 006811/2023 (Defesa) e 009061/2023 (Recurso).

AUTO DE INFRAÇÃO: 000151/2023

JULGADOR DE PRIMEIRA INSTÂNCIA: REGINA CLAUDIA BARBOSA FIDELES DUTRA

RECURSO VOLUNTÁRIO

RECORRENTE: CRIS ATACADISTA – COMERCIAL DE ATACADO E VAREJO DE ALIMENTOS UNIPESSOAL LTDA – CNPJ 45.301.129/0001-78.

RECORRIDA: PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

RELATOR: EDUARDO ARAÚJO DE AZEVEDO

PROCURADOR: HELANO LANDIM ALBUQUERQUE

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO POR AUSÊNCIA DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PELA PROCEDÊNCIA DA AUTUAÇÃO. RECURSO VOLUNTÁRIO. RECURSO IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

RELATÓRIO

DOS ATOS DESIGNATÓRIOS

O presente **Recurso Voluntário** é decorrente do Auto de Infração nº 000151/2023 e refere-se à Ordem de Serviço nº 00050/2023, emitida em 05 de março de 2023, assinada pela Coordenadora de Administração Tributária, Sra. Maria Claudinete Lopes Matos, com o objetivo de apurar a regularidade dos tributos e cumprimento das obrigações acessórias

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO DE CAUCAIA
Conselho de Recursos Tributários - CRT
Rua Coronel Correia, 1767, Centro
Caucaia/CE - CEP: 61600-004
Telefone: (085) 3387-7346

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

referentes ao ISSQN em relação ao período de 05/2021 a 12/2022. Os responsáveis pela execução da Ordem de Serviço foram os Auditores do Tesouro Municipal, Antônio Jarbas de Farias, matrícula 010197, e Francisco Hélcio P. do Nascimento, matrícula 073173. O prazo de execução da referida Ordem de Serviço foi de 90 dias.

DA FISCALIZAÇÃO

Conforme Termo de Início de Fiscalização – TIF nº 000052/2023, (fl. 03), datado de 09/03/2023, cuja ciência do sujeito passivo foi realizada presencialmente no dia 13/03/2023, tendo sido intimado a apresentar no prazo de 7(sete) dias os livros e documentos fiscais e contábeis listados no Termo.

Após a análise de toda a documentação fiscal e contábil recebida da empresa fiscalizada, foi lavrado o Termo de Conclusão de Fiscalização nº 000062/2023 (fl. 06), em 02.06.2023, resultando na lavratura dos Autos de Infrações números 000150/2023 e 000151/2023, detalhados a seguir:

Auto de Infração nº 000150/2023
RELATO: O contribuinte atrasou e ou não efetivou sua escrituração contábil, conforme preceitua a Lei Complementar nº 02/2019.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 134 da Lei Complementar 02/2009.
PENALIDADE: Art. 141 – IV – B, da Lei Complementar 02/2009.
VALOR TOTAL: R\$ 1.641,79.

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

Auto de Infração nº 000151/2023
RELATO: Foi constatado que o contribuinte em epígrafe desenvolve suas atividades sem a devida regulamentação exigida, conforme previsto na Lei Complementar nº 02, de 23 de dezembro de 2019.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigos 187, 188, 189 e 190 da Lei Complementar 02/2009.
PENALIDADE: Art. 194, I, da Lei Complementar 02/2009.
VALOR TOTAL: R\$ 3.040,35.

O Contribuinte foi notificado dos dois autos de infrações em 14/06/2023, conforme data e assinaturas apostas às fls. 04/05 dos autos.

Complementando o relato das informações sobre a fiscalização, segue a transcrição da parte final do TCF 000062/2023:

"Após análise da documentação processual ficou constatado que não há ISS a recolher ao Município de Caucaia. Porém, ficou constatado que a mesma não entregou as DMISS dos meses de abril a dezembro de 2022 no prazo legal e isso gerou o auto de infração nº 000150/2023. Também não apresentou o Alvará de Funcionamento de 2022 e isso gerou o auto de infração nº 000151/2023." Com relação à entrega das DMISS, o auditor declarou no TCF que recebeu o protocolo de encerramento das DMISS dos meses de abril a dezembro de 2022, mas todas com datas de encerramento em 14/03/2023, ou seja, com atraso.

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

DA IMPUGNAÇÃO

Em 11/07/2023, o sujeito passivo protocolizou contestação aos autos de infrações números 000150/2023 e 000151/2023, dentro do prazo legal, e apresentou as seguintes alegações, em síntese:

Com relação ao auto de infração nº 000150/2023, alega que não apresentou as DMISS porque a empresa somente começou a funcionar, de fato, em 09/11/2022, tendo em vista que ainda não tinha recebido as licenças para funcionamento.

Com relação ao auto de infração nº 000151/2023, alega que a Prefeitura está cobrando o alvará de funcionamento relativo ao ano de 2021 e que a data de abertura da empresa é 15/02/2022, conforme cartão do CNPJ.

Alega, também, em relação ao auto nº 000151/2023 que a área indicada pela auditoria foi de 1.446m², quando o correto é de 1.337,22m², e que já havia solicitada a correção junto ao órgão competente.

DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

O processo foi julgado em Primeira Instância Administrativa pela julgadora, Sra. Regina Claudia Barbosa Fideles Dutra, que expediu o Julgamento nº 09/2023, em 21/07/2023, apresentando as seguintes conclusões:

Com relação ao auto de infração nº 000150/2023, manteve a procedência da autuação nos exatos termos consignados pela auditoria.

Com relação ao auto de infração nº 000151/2023, aceitou a redução da área do imóvel, mas manteve o valor da autuação, considerando que ambas as áreas estão na mesma faixa de cálculo do alvará, conforme Anexo

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

I da Lei Complementar nº 02/2009, alterado pela Lei Complementar nº 95/2021.

O Sujeito Passivo foi intimado por e-mail e por carta registrada para tomar ciência do resultado do julgamento de Primeira Instância Administrativa, mas recusou-se a assinar o Termo de Intimação.

Em 01/08/2023, a Secretária do CRT encaminhou os documentos por e-mail que foi recebido pela Sra. Cristina Andrade no dia 07/08/2023, porém não devolveu o Termo de Intimação assinado.

Para reforçar a ciência da intimação, a SEFIN enviou os documentos pelos Correios, com AR. Conforme rastreamento no site desse Órgão, o objeto foi postado no dia 16/08/2023 e houve tentativa de entrega no dia 28/08/2023, mas o carteiro não foi atendido, conforme *print* do site dos Correios.

Não obstante as tentativas frustradas para formalização da ciência, no dia 25/08/2023, o sujeito passivo protocolizou Recurso questionando o resultado do Julgamento em 1ª Instância Administrativa, comprovando a ciência do resultado, haja vista que anexou cópia da Sentença nº 09/2023.

DO RECURSO

Inconformado com o resultado do julgamento de 1º grau, o sujeito passivo ingressou com RECURSO VOLUNTÁRIO, em 25/08/2023, ensejando a abertura do Processo nº 009061/2023.

No recurso, o sujeito passivo recorre somente do julgamento relativo ao auto de infração nº 000151/2023 e repete os mesmos argumentos apresentados na impugnação:

A data da abertura da empresa foi o dia 15/02/2022, conforme declarado no cartão do CNPJ, sem a autorização municipal concedida por meio da emissão do competente alvará de funcionamento."

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO DE CAUCAIA
Conselho de Recursos Tributários - CRT
Rua Coronel Correia, 1767, Centro
Caucaia/CE - CEP: 61600-004
Telefone: (085) 3387-7346

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

A área utilizada pela empresa encontra-se na faixa compreendida no intervalo de 1.001 a 5.000m², cujo valor da taxa de licença para localização e funcionamento de estabelecimento comercial corresponde a 1.500 UFIRCAS.

É o relatório, no essencial.

Parecer da PGM

A Douta Procuradoria Geral do Município, através do Procurador Helano Landim de Albuquerque, se absteve de apresentar parecer uma vez que o valor da causa é inferior ao valor de alçada, nos termos do artigo 14, §2º do Decreto nº 435 de 13 de março de 2013.

Julgamento

Foi comunicado em 12/09/2023 à presidência do CRT que o processo em análise está apto para julgamento desse colegiado.

Passa-se a decidir.

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

RAZÕES DO VOTO

I – DA ADMISSIBILIDADE

Trata-se de Recurso Voluntário.

A Recorrente recusou-se a assinar o Termo de Intimação do resultado do julgamento de 1º Grau, porém ingressou com Recurso Voluntário contra a Decisão nº 009/2023, prolatada na Primeira Instância, no dia 25/08/2023, embasada no artigo 281, inciso I, da Lei Complementar nº 02/2009. Portanto, dele tomo conhecimento e passo a analisar o mérito.

II – TEMPESTIVIDADE

Considerando que o resultado do Julgamento de 1º Grau foi prolatado no dia 21/07/2023 e que a Recorrente tomou ciência do Termo de Intimação no dia 07/08/2023, por e-mail, o Recurso foi apresentado tempestivamente.

III – DO MÉRITO

Em conformidade com o art. 281, §3º, do CTMC, segundo o qual a interposição de recurso voluntário devolve à instância superior somente o exame dos aspectos nele discutidos, passo a análise específica desses aspectos.

O Contribuinte solicita "REVISÃO do auto de infração nº 000151/2023, que penaliza a empresa pela falta de Alvará relativo aos anos de 2021 e 2022. Ocorre que a empresa teve início de atividades em 15.02.2022 conforme documento em anexo. Sendo assim, solicito revisão da base de cálculo transcrito na Autuação 000151/2023".

Analisando as informações contidas no mencionado auto de infração, verifica-se que o motivo da autuação foi a falta de alvará de funcionamento

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

relativo ao ano de 2022 e que a área ocupada corresponde a 1.446m², tendo infringido os artigos 187/190 da Lei Complementar nº 02/2009.

Na impugnação, o contribuinte alegou que a área ocupada pela empresa era inferior a registrada no auto de infração, correspondendo a área de 1.337,22m², cuja retificação já havia sido requerida junto à Prefeitura.

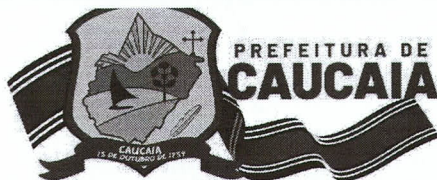
No julgamento de 1º Grau, esse argumento foi acatado, porém não produz alteração na base de cálculo para o valor da taxa, pois a faixa de incidência corresponde ao intervalo de 1.001 a 5.000m².

Portanto, a empresa iniciou as suas atividades sem autorização municipal formalizada por meio do alvará de funcionamento relativo ao ano de 2022, infringindo o disposto no art. 190 do CTMC, culminando com a aplicação da sanção prevista no art. 194, inciso I, do CTMC.

É o meu entendimento.

[Handwritten signature and initials]

[Handwritten mark]



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Finanças, Planejamento
e Orçamento**

Contencioso Administrativo Tributário-CAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

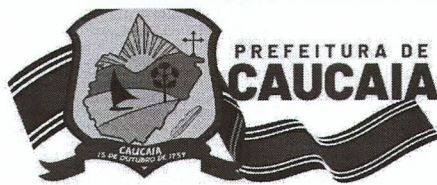
VOTO

Com base no exposto, voto pelo conhecimento do Recurso Voluntário para negar-lhe PROVIMENTO, mantendo a decisão proferida no Julgamento em Primeira Instância Administrativa, para declarar PROCEDENTE o Auto de Infração nº 000151/2023.

É como voto.



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO DE CAUCAIA
Conselho de Recursos Tributários - CRT
Rua Coronel Correia, 1767, Centro
Caucaia/CE - CEP: 61600-004
Telefone: (085) 3387-7346



PREFEITURA DE
CAUCAIA

**Secretaria Municipal de
Finanças, Planejamento
e Orçamento**

Contencioso Administrativo Tributário-CAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

DECISÃO

"Visto, examinado e discutido o presente Auto de Infração nº 000151/2023, em que é recorrente CRIS ATACADISTA – COMERCIAL DE ATACADO E VAREJO DE ALIMENTOS UNIPESSOAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.301.129/0001-78 e recorrida a PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.

DECIDEM os membros da Segunda Instância Administrativa do Conselho de Recursos Tributários – CRT, nos termos do voto do relator, por unanimidade, CONHECER do Recurso Voluntário para negar-lhe provimento, mantendo a decisão monocrática nº 09/2023, prolatada em 1º Grau, em todos os seus termos, a qual julgou procedente do Auto de Infração nº 000151/2023.

Resolução lida e aprovada na Sala das Sessões da Segunda Instância Administrativa, em Caucaia/CE, 28 de setembro de 2023".

Júlio Alcides Espínola Filho

Presidente do Conselho de Recursos Tributários - CRT

Helano Landim Albuquerque

Procurador do Município

Ismael Aragão Silva

Conselheiro Fazendário Suplente

Eduardo Araújo de Azevedo

Conselheiro Classista

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO DE CAUCAIA
Conselho de Recursos Tributários - CRT
Rua Coronel Correia, 1767, Centro
Caucaia/CE - CEP: 61600-004
Telefone: (085) 3387-7346

